

# ANFÍBIA E AMBÍGUA: A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDIÇÃO NO BRASIL

AMPHIBIOUS AND AMBIGUOUS: THE ACADEMIC TRAINING OF PUBLISHING AND EDITING PROFESSIONALS IN BRAZIL

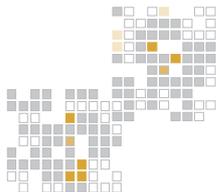
ANFIBIA Y AMBIGUA: LA FORMACIÓN DE PROFESIONALES DE LA EDICIÓN EN BRASIL

**José de Souza Muniz Jr.**

■ Doutor em Sociologia e Mestre em Ciências da Comunicação, com bacharelado em Editoração pela Universidade de São Paulo (USP), e estágios de pesquisa na Universidade Nacional de Quilmes (UNQ) e na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trabalha no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao mercado, práticas editoriais e projetos, em perspectiva comparada.

■ *Doctor en Sociología y Máster en Ciencias de la Comunicación, con Grado en Edición por la Universidad de San Pablo (USP), y periodos de prácticas de investigación en la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) y la Universidad Estadual de Ceará (UECE). Trabaja en el Centro Federal de Educación Tecnológica de Minas Gerais, donde ejerce actividades de enseñanza, investigación y extensión relacionadas a mercado, prácticas y proyectos editoriales, en perspectiva comparativa.*

■ E-mail: [jmunizjr@gmail.com](mailto:jmunizjr@gmail.com)



## RESUMO

Neste artigo, esboça-se um panorama crítico da formação de profissionais da edição no Brasil em nível de graduação. Na primeira parte do artigo, enfoca-se o caráter duplo de sua vinculação disciplinar e institucional (Comunicação e Letras). Na segunda parte, explora-se a indefinição terminológica que, em grande medida, refrata os dilemas epistemológicos da área e os desafios impostos pelas mudanças tecnológicas recentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** EDIÇÃO; PRODUÇÃO EDITORIAL; FORMAÇÃO; CURRÍCULO.

## ABSTRACT

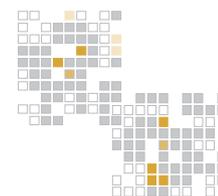
In this paper, a critical overview of the training of publishing and editing professionals in Brazil at undergraduate level is outlined. In the first part, we focus on the dual nature of its disciplinary and institutional links (Communication and Literature/Linguistics). In the second part, the terminological uncertainty is explored, which, to a large extent, refracts the epistemological dilemmas of the area and the challenges posed by recent technological changes.

**KEY WORDS:** EDITING; PUBLISHING; TRAINING; CURRICULUM.

## RESUMEN

En este artículo se esboza un panorama crítico de la formación de profesionales de la edición en Brasil a nivel de grado. En la primera parte del artículo nos centramos en el carácter dual de sus vínculos disciplinarios e institucionales (Comunicación y Letras). En la segunda parte, se explora la incertidumbre terminológica que, en gran medida, refracta los dilemas epistemológicos del área y los desafíos planteados por los cambios tecnológicos recientes.

**PALABRAS CLAVE:** EDICIÓN; PRODUCCIÓN EDITORIAL; FORMACIÓN; CURRÍCULO.



## 1. Ambivalências e convergências

Este artigo tem por objetivo central explorar algumas das características e dos desafios da formação de profissionais da edição, hoje, no Brasil. Darei ênfase às ofertas no âmbito da graduação, embora também sejam dignas de análise as ofertas formativas em nível de pós-graduação e os cursos extra-universitários (que vêm se multiplicando nos últimos anos). O surgimento e a consolidação de todas essas ofertas contribuem não apenas para a formação específica desses/as profissionais, mas também para a consolidação e o reconhecimento dos Estudos Editoriais em âmbito acadêmico. Para o caso dos cursos de graduação, interessa explorar aqui dois aspectos específicos: os contornos institucionais e (inter)disciplinares dessa oferta; e as indefinições conceituais e terminológicas que lhe são características.

Tal como abordei em outra ocasião (Muniz Jr., 2018), as primeiras ofertas de graduação na área de Editoração e Produção Editorial no Brasil se estabeleceram no início dos anos 1970, no impulso de “modernização conservadora” da indústria cultural em meio à Ditadura Civil-Militar. Naquela ocasião, essa oferta se concentrava no eixo Rio-São Paulo, onde se localizavam (e ainda se localizam) muitas de nossas editoras mais consolidadas, além das instâncias de consagração e de política setorial da área (Muniz Jr. & Miceli, 2016). Três são os cursos que surgiram naquele momento e seguem existindo: o da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), o da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o da Faculdade de Comunicação Social Anhembi (que viria a se tornar a Faculdade Anhembi Morumbi, finalmente transformada em Universidade Anhembi Morumbi nos anos 1990).

Já nos anos 2000 e 2010, a formação na área ganha um novo impulso, decorrente sobretudo das políticas federais de ampliação do acesso ao ensino superior. Esse novo momento é marcado por dois fenômenos. O primeiro deles é a diversificação territorial: surgem ofertas de graduação em outros dois estados com presença significativa no mercado editorial brasileiro – Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O segundo fenômeno é a criação de cursos de formação em edição na área de Letras, de onde já provinham (e ainda provêm) não só boa parte dos/as profissionais atuantes no mercado editorial, mas também uma proporção considerável dos/as docentes dos cursos de Editoração e Produção Editorial<sup>1</sup>.

Na área de Comunicação, somou-se aos cursos já existentes o de Produção Editorial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sediado no Departamento de Ciências da

---

<sup>1</sup> Foge aos nossos propósitos fazer esse levantamento, mas uma breve consulta às listas de corpo docente desses cursos, tanto no passado quanto no presente, revelará uma quantidade considerável de professores/as que cumpriram boa parte de sua trajetória acadêmica (ou ela toda) no campo dos Estudos Literários ou dos Estudos Linguísticos. Embora a inter- e a transdisciplinaridade sejam marcas visíveis na constituição do campo da Comunicação no Brasil, alguns subcampos de formação (como o Jornalismo, a Publicidade e as Relações Públicas) lograram constituir uma composição mais endógena no decorrer do tempo, em comparação com o da Editoração/Produção Editorial, onde a formação do corpo docente segue sendo mais heterogênea quanto às disciplinas e áreas de origem. Isso se deve, pelo menos em parte, ao número reduzido de egressos dessa habilitação, e ainda menor dos que decidiram trilhar percursos na docência e na pesquisa.

Comunicação<sup>2</sup>. Na área de Letras, despontam dois cursos em Belo Horizonte (MG): o Bacharelado em Letras – Tecnologias de Edição do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); e o Bacharelado em Edição vinculado à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE-UFMG). Como se nota, esse novo impulso é protagonizado por instituições da rede federal de ensino superior – nas quais, a partir de 2003, a oferta de graduação teve enorme ampliação em função do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Com isso, somaríamos seis cursos de graduação existentes com esse perfil no Brasil atualmente<sup>3</sup>.

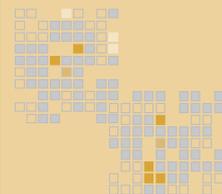
Embora no mesmo período o ensino superior privado também tenha experimentado forte crescimento, nem sempre as novas ofertas lograram se manter. O Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) documenta como ativa a oferta do curso de Editoração pelas Faculdades Integradas Rio Branco, com sede em São Paulo (SP). No entanto, o site da instituição já não lista em seu catálogo esse curso (implementado em 2000). Outra instituição paulista, a Faculdade Editora Nacional (sediada em São Caetano do Sul, na região metropolitana da capital) criou seu curso de Produção Editorial em 2002, mas o encerrou em 2020, já integrada ao Grupo Anhanguera. Em Salvador (BA), em 2001, criou-se um curso de Produção Editorial na Faculdade Hélio Rocha, recentemente extinta. Há que se destacar, por fim, que a paranaense Uninter encerrou em 2019 as atividades de seu bacharelado em Comunicação Social – Produção Editorial e Multimídia, criado em 2007, e mantém atualmente uma oferta EaD em Design Editorial.

Considerando-se apenas as ofertas ativas, trata-se de um universo bastante reduzido, tanto em comparação com outras habilitações da Comunicação Social, quanto considerando-se a oferta total de bacharelados na área de Letras e Linguística. A título de exemplo, o levantamento de Moreira & Pereira (2021) identificou 354 cursos de Jornalismo ativos no Brasil. Os cursos de Publicidade e Propaganda também são contados às centenas, assim como os bacharelados em Letras. Ainda que seja diminuto do ponto de vista numérico, nosso universo de formação e reflexão suscita algumas questões que, em grande medida, refratam alguns dos mais dilacerantes dilemas epistemológicos enfrentados pela Comunicação como área do conhecimento.

De início, vale lembrar que, embora não configurem ofertas específicas, é certo que os conteúdos e as habilidades afins ao universo da edição se fazem presentes em outros bacharelados que não os mencionados anteriormente. As questões editoriais comparecem com bastante frequência em várias ofertas de Letras e Linguística (incluindo cursos voltados especificamente à Tradução, por exemplo), Design, Produção Multimídia e congêneres – para não mencionar as outras habilitações da Comunicação Social. Essas formações incluem competências em revisão de textos, design editorial, produção de materiais etc., abordadas de diferentes formas. Não temos a pretensão de fazer, aqui, um levantamento exaustivo dos projetos político-pedagógicos e componentes curriculares dessas outras ofertas. Em todo caso, fica claro que uma das finalidades de vários

2 Um relato abrangente sobre a criação dessa oferta na UFSM pode ser encontrado em Silveira (2018).

3 Há ainda uma oferta congêneres: o Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Textos, que funciona desde 2010 da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Embora se aproxime dos outros cursos de Letras supracitados, ele não leva Edição, Editoração ou Produção Editorial em seu nome. Ademais, sua estrutura curricular não inclui os componentes de formação específica em edição que podemos encontrar nos seis cursos que aqui enfocamos, razão pela qual não o incluímos nesse conjunto.



desses cursos de graduação é formar profissionais que possam atuar na produção de textos verbais e não verbais com o objetivo de fazê-los circular publicamente. Numa perspectiva abrangente, é disso que se trata a edição como prática profissional.

Esse conjunto de temas e questões atrai olhares muito diversificados, tanto do ponto de vista teórico-conceitual quanto em nível praxiológico. A edição dos linguistas certamente não é a mesma dos historiadores, dos bibliotecários, dos sociólogos e dos designers, mas os cursos de graduação em Edição, Editoração e Produção Editorial são *loci* para onde essas múltiplas perspectivas potencialmente convergem. Ainda que seja arriscado dizer que os Estudos Editoriais configuram um âmbito autônomo de pesquisa e formação, é certo que nesses cursos vai se gerando um jeito próprio de se pensar e se fazer edição. Por isso, a despeito da flexibilidade das Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino superior brasileiro, que já não exigem componentes curriculares comuns, os seis cursos aqui analisados convergem sobretudo na ênfase numa metodologia projetual, ou seja, de uma articulação teórico-prática fortemente calcada na produção de objetos editoriais. Talvez o sinal mais expressivo dessa convergência seja o fenômeno das editoras-laboratório (nem sempre denominadas dessa forma), presente em todos esses cursos. A iniciativa pioneira é a Com-Arte, na USP, mas a ela se seguiram outras: a pE.com, na UFSM; o Labeled, na UFMG; a LED, no CEFET-MG; e Ecoar Edições, na UFRJ<sup>4</sup>. Quaisquer que sejam as definições de “edição” dadas por essas propostas acadêmicas – e, veremos a seguir, são muitas as definições possíveis –, parece-nos que a institucionalidade “editora” figura ainda como central na organização do campo. Uma análise de sobrevoo nos permite, também, vislumbrar o livro como objeto privilegiado dessa formação, apesar de não ser o único.

Essa convergência convive, no entanto, com diferenças fundamentais que dizem respeito à vinculação disciplinar, diferenças que se refletem principalmente na formação teórica: nos cursos vinculados às escolas de comunicação, mesmo quando não há núcleos comuns com outras habilitações, predominam as disciplinas típicas da área (Teoria, Antropologia, Psicologia, Sociologia, Filosofia, Métodos de Pesquisa em Comunicação), ao passo que nos cursos de Letras encontraremos conjuntos de disciplinas vinculadas sobretudo aos Estudos Linguísticos (também presentes em menor quantidade nos cursos de Comunicação, em disciplinas como Língua Portuguesa e Semiótica) e aos Estudos Literários (muito presentes também no currículo do curso de Editoração da USP). As histórias do livro, da edição, da escrita e da leitura; o mercado, o marketing e a legislação; o design, a fotografia e a produção gráfica são alguns dos temas comuns a cursos de ambas as áreas, ainda que as ênfases sejam bastante diferentes e nem sempre configurem componentes curriculares assim designados<sup>5</sup>.

4 Em alguns casos, precede a criação dessas editoras-laboratórios a existência de laboratórios voltados a práticas editoriais, sem, contudo, constituir editoras no sentido tradicional do termo. Santos (2021) fez uma pesquisa sobre a formação laboratorial em edição no Brasil, mas trata-se de um estudo com sérios problemas factuais e dados já bastante desatualizados.

5 Faço, aqui, apenas um esboço de algumas características gerais dos projetos político-pedagógicos e dos currículos. Até onde foi possível fazer um levantamento, ainda não há uma pesquisa de fôlego sobre esse universo de formação. Felizmente, há um trabalho em curso: o pesquisador Jean Silveira Rossi está produzindo uma tese de doutorado sobre o tema no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, sob orientação de Sandra Depexe.

## 2. Flutuações terminológicas

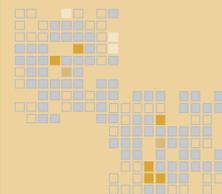
Um dos problemas fundamentais da área é a variedade dos termos utilizados para defini-la: Edição, Editoração, Produção Editorial.

O primeiro deles tem sido utilizado principalmente na área de Letras, onde, de longa data, a palavra “edição” remete à secular tradição da Filologia, que, entre outras atribuições, preocupava-se com salvar os textos de sua destruição material e dar-lhes novas formas com o objetivo de disponibilizá-lo a novos públicos. Daí, por exemplo, a ideia de uma “edição crítica”, que confronta as diferentes versões de um mesmo texto com o intuito de estabelecer uma versão tão fidedigna quanto possível. O termo acabou se impondo na área, embora a abordagem filológica não seja necessariamente a predominante nos bacharelados do CEFET-MG e da UFMG – muito mais orientados a uma concepção contemporânea de edição, remetida ao universo das práticas de publicação em geral, ou de livros em particular.

Os sintagmas Produção Editorial e Editoração, por sua vez, nomeiam as habilitações em Comunicação Social: o primeiro na UFRJ, na UFSM e na UAM; o segundo na USP (cujo curso também já se chamou Produção Editorial). Para alguns, Editoração é um termo mais abrangente, pois abarcaria tanto o *editing* (conjunto de práticas relacionadas à feitura do livro propriamente dita, ou seja, à produção editorial) quanto o *publishing* (referente a uma dimensão mais estratégica e comercial). Para outras pessoas, é justamente o oposto, já que a palavra “editoração” se referiria a uma dimensão técnica da atividade (como nos faz crer, por exemplo, o uso da expressão “editoração eletrônica” para designar as práticas de diagramação). Se, por um lado, Editoração é o termo que prevalece nas Diretrizes Curriculares Nacionais atualmente vigentes (Brasil, 2001), Produção Editorial é a nomenclatura da maioria dos cursos e é, ademais, o nome do grupo que congrega as pesquisas da área no âmbito da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Vale lembrar que, no universo mais abrangente da chamada economia criativa, o uso do sintagma “produção” é bastante corrente. A figura do/a produtor/a existe no âmbito dos equipamentos culturais e dos eventos, no mercado da moda, no campo do cinema e do audiovisual, entre outros. Nesses espaços laborais, trata-se de profissional geralmente responsável por planejar, organizar e executar os projetos para os quais é contratado/a, liberando artistas e outros/as trabalhadores/as de funções como a gestão dos recursos, o acompanhamento das rotinas de trabalho técnico etc. Pode-se dizer que, em alguma medida, o trabalho de produção editorial é homólogo a este, ainda que não defina em absoluto os perfis de egressos dos cursos aqui abordados – que incluem outras profissões, como editor/a, editora/a assistente, preparador/a de originais, revisor/a de textos, diagramador/a etc.

Dentre os três termos que denominam esses cursos de graduação, “edição” é certamente aquele que aparece com mais frequência nos projetos político-pedagógicos e nas estruturas curriculares de todos esses cursos, ora para remeter a práticas específicas (“edição de textos”, “edição de imagens” etc.), ora a mercados ou segmentos de atuação (“edição de livros escolares”, “edição de livros infantis e juvenis” etc.). No entanto, embora pretendam descrever de forma unívoca um conjunto de práticas, habilidades e conteúdos, os três termos são utilizados de forma quase totalmente intercambiável. Remetem ora ao *editing*, ora ao *publishing*, ora ainda a uma mistura



entre elementos de ambas as dimensões da prática editorial (Muniz, 2020). Essa flutuação terminológica, que dificulta a criação de uma identidade forte para a área e constitui obstáculo para as delimitações teórico-conceituais da pesquisa nos Estudos Editoriais, é apenas um dos sintomas de uma questão mais abrangente: a dificuldade de delimitar o próprio campo.

Nesse aspecto, pode-se dizer que há uma espécie de *continuum* que separa duas perspectivas diametralmente opostas. Uma primeira, a que chamarei de “restritiva”, entende que a área se articula em torno do livro impresso, considerado seu produto principal, exclusivo ou paradigmático. A segunda, que pode ser chamada de “abrangente”, toma a edição como conceito que abrange diferentes práticas profissionais destinadas a preparar materialidades verbais e não verbais para sua existência e circulação pública<sup>6</sup>. Entre esses dois pontos extremos, estão situadas diferentes formas de pensar onde o campo começa e onde ele acaba. Em cada um dos cursos da área, essas diferentes abrangências convivem e disputam espaço, muito em função da atuação e da formação de seus docentes, bem como das expectativas de seus discentes<sup>7</sup>.

É certo que o digital tem uma importância nesse panorama de indefinições, já que as mudanças que ele introduz no universo cultural e comunicacional dão espaço a novos formatos e promovem convergências inusitadas entre práticas e produtos já existentes. Muito já se disse e se escreveu sobre o impacto das chamadas novas tecnologias de informação e comunicação, e não é necessário nos alongarmos nos diagnósticos de sua relevância para pensar o universo da escrita, da leitura e do livro. Os livros digitais, os *audiobooks*, as narrativas transmídia, os jogos, os materiais educativos, entre outros produtos, complexificam as competências profissionais e, por conseguinte, as expectativas do mercado de trabalho com relação à universidade. Argumenta Gonçalves (2018, p. 44):

*Tanto a formação quanto o trabalho são redimensionados pelas recentes inovações tecnológicas. A formação dos profissionais de Produção Editorial passa a dever incluir o campo digital. Em um primeiro nível, bastante óbvio, trata-se do uso cotidiano, nas rotinas profissionais, das diversas ferramentas disponíveis (para diagramação, por exemplo). Mas, mais profundamente, questões mais complexas, envolvendo a natureza e a compreensão do que seja propriamente a Produção Editorial, se desenham e se impõem aos profissionais a serem formados [...].*

6 No limite dessa amplitude do conceito de edição, situaríamos definições como as de Becker (2010), que vai estender para toda a produção artística e intelectual a ideia de que existem práticas, agentes e “momentos editoriais”; e McKenzie (2018), para quem seria possível estender os princípios da Bibliografia Material a todo e qualquer suporte de inscrição do conhecimento. Ainda que não sejam estes os autores de base das perspectivas mais abrangentes em alguns dos cursos aqui analisados, suas teorizações contribuem para essa indagação mais geral: afinal, o que é edição/editar?

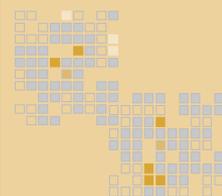
7 Essa deriva entre enfoques hiperespecializados ou hiperabrangentes não se esgota no universo da graduação e se estende para o âmbito da pesquisa e da pós-graduação. No banco de teses e dissertações da Capes, quem quer que se aventure a buscar trabalhos a partir de palavras-chave como “editoração”, “produção editorial”, “edição” e “editora(s)” encontrará não apenas uma enorme dispersão disciplinar, mas também uma imensa multiplicidade de usos dessa terminologia, muitas vezes aplicada a temas e objetos que se distanciam fortemente daqueles presentes nos cursos de graduação que exploramos aqui.

A despeito desses desarranjos conceituais produzidos pelo digital, essa indefinição está longe de ser uma questão nova. Na aula inaugural que proferiu quando da criação do curso da ECA-USP, em março de 1972, Mário Guimarães Ferri explora aspectos dessa confusão terminológica e atesta: “a primeira tarefa de um curso de Editoração, a meu ver, será a de definir, ou melhor de conceituar o que se deva entender por Editoração” (Ferri, 1972, p. 14). Em seu entender, trata-se de processo que começa na escolha do que deve ser publicado, passando por todas as etapas de produção desse material até a composição na gráfica. Não restam dúvidas que o curso da USP – inaugurado no Ano Internacional do Livro – surge vocacionado para o livro, como atesta a fala do professor José Marques de Melo, então coordenador do Departamento de Jornalismo e Editoração: “As atividades que iniciamos agora contam com o apoio da Câmara Brasileira do Livro, já manifestado desde a estruturação do próprio curso, e, em decorrência disso, com a colaboração das editoras paulistas, muitas das quais já abriram suas portas para estágios, pesquisas, estudos e análises” (Melo, 1972, p. 7). Contudo, não se deve ignorar o fato de que, nos anos 1970, a noção de “livro” tinha muito mais estabilidade semântica do que na atualidade, momento em que sua concepção mais convencional – vinculada ao código impresso – começa a ser desafiada por outras, que incluem também outros suportes e dispositivos por meio dos quais se fixam e circulam produtos de entretenimento, fruição e instrução.

Já num texto publicado dois anos depois, o professor Blásio Hickmann, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tenta delimitar o objeto da Editoração como disciplina acadêmica antecipando esse mesmo dilema: “Ora, existem hoje vários outros instrumentos de difundir cultura, que não apenas livros, jornais e revistas. Pergunta-se, então: os processos de produção dos demais objetos de difusão cultural (discos, filmes, cassetes) podem ser compreendidos igualmente como atividade editorial?” (Hickmann, 1974, p. 4). Mais adiante, ele responde: “Polissemia tão ampla parece um exagero. Estariam sendo esvaziados os conteúdos das demais disciplinas” (idem, p. 9). Detenhamo-nos, ainda, em um último argumento:

*Não se pode, a nosso ver, formar de uma só vez o especialista polivalente. Este, aliás, é um problema mais amplo nos cursos de Comunicação. Um anacronismo. As exigências do mundo moderno, cada vez mais tecnicistas, requerem profissionais competentes. Especialistas, mesmo dentro das diversas áreas: seja rádio, televisão, imprensa ou qualquer outra. A era do enciclopedismo já passou.*

Em ambos os posicionamentos, parece predominar uma visão mais restritiva, que prioriza os livros (e, em segundo plano, as revistas) como objetos do ensino da área. Décadas depois, pode-se dizer que essa tendência (ainda hegemônica nos cursos da USP e da UFRJ) convive com outras. Nos cursos da UFSM e da UAM, por exemplo, consolidam-se propostas de formação multimídia e multiplataformas, com uma perda acentuada da centralidade do livro impresso. Já nos cursos da área de Letras, também alguns currículos vão incorporar a edição e a revisão de textos jornalísticos e publicitários, bem como a produção multimídia, como objetos de interesse, embora a centralidade do livro ainda se faça sentir, já que nos currículos de Letras a ênfase no discurso literário (que circula hegemonicamente nesse



formato) prevalece sobre outros tipos de discurso<sup>8</sup>.

Excede nossas possibilidades investigar como esses currículos evoluíram ao longo do tempo, mas é certo que, vez ou outra, acabaram por incorporar objetos como os discos, os CD-Roms, as revistas, os jornais e outros objetos. De acordo com as (não tão) atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social, o perfil dos egressos dos cursos de Editoração caracteriza:

1. *pela gestão e produção de processos editoriais, de multiplicação, reprodução e difusão, que envolvam obras literárias, científicas, instrumentais e culturais;*
2. *pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à produção de livros e impressos em geral, livros eletrônicos, CDROMs e outros produtos multimídia, vídeos, discos, páginas de Internet, e quaisquer outros suportes impressos, sonoros, audiovisuais e digitais;*
3. *pelo domínio dos processos editoriais, tais como planejamento de produto, seleção e edição de textos, imagens e sons, redação e preparação de originais, produção gráfica e diagramação de impressos, roteirização de produtos em diferentes suportes, gravações, montagens, bem como divulgação e comercialização de produtos editoriais.* (BRASIL, 2001, p. 18-9)

Essas diretrizes apontam para um perfil abrangente de formação, que em grande medida incorporam competências que também se encontram contempladas nos projetos e currículos dos cursos de Audiovisual, Cinema, Radialismo, Produção Multimídia, Produção Fonográfica e congêneres. Essa miríade enorme de competências profissionais nos leva necessariamente a duas discussões.

Primeira: é preciso interrogar – como quis Hickmann (1974) – a (im)possibilidade de formar profissionais tão versáteis, já que, mesmo no universo relativamente restrito do livro (e do livro impresso), a multiplicidade de formatos, gêneros, segmentos, áreas e nichos é razão suficiente para que se defenda um ensino de edição centrado no livro, mesmo que se incluam componentes curriculares que contemplem interfaces com outras mídias. Em contrapartida, essa ampliação do escopo dos cursos de graduação parece pertinente para suprir práticas profissionais emergentes, sobretudo as que se baseiam nas convergências tecnológicas e na produção de conteúdos multimídia, mas também para dar conta de contextos regionais onde o mercado tradicional do livro não constitui, sozinho, um receptáculo suficiente para os/as egressos/as desses bacharelados.

Segunda: há que pensar o desenho desses currículos à luz de um debate sobre os imperativos de flexibilidade e polivalência que, cada vez mais, contribuem para gerar problemas crônicos de sobrecarga física, mental e emocional, situações de hipersolicitação

---

<sup>8</sup> Pode-se arriscar a hipótese de que a literatura funciona como espécie de modelo epistêmico da área, e que as noções de literário, de escrita e de livro acabam por se embaralhar, gerando alguns automatismos de reflexão e ação (por exemplo, a ideia de que o trabalho com o texto deve preservar o “estilo do autor”, imperativo categórico que faz muito mais sentido no universo do texto literário do que em outros).

e doenças relacionadas ao trabalho. Tal como já argumentamos antes (Muniz Jr., 2018), a crescente exigência do domínio de diferentes saberes, técnicas e ferramentas contribui para a precarização do trabalho editorial e para a manutenção do subemprego e do desemprego estrutural. Esse/a profissional que sabe um pouco de tudo para dar conta das demandas do mercado acaba por se tornar um “coringa” da economia criativa, num contexto em que as solidariedades fundamentais entre trabalhadores/as – mediadas tradicionalmente pelas corporações de ofício, pelos sindicatos e pelas associações – se veem erodidas, em detrimento de uma guinada ideológica e política que os transforma em nano-empresas competindo umas com as outras.

### Considerações finais

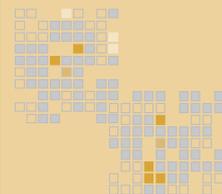
No Brasil, a formação em edição é anfíbia por sua dupla ancoragem disciplinar e institucional: Comunicação e Letras. Ademais, aos eventos e bibliografias do campo, comparecem também a História, as Ciências Sociais, a Ciência da Informação, a Economia, a Educação, entre outras áreas. Por isso, os Estudos Editoriais – modo como alguns/mas de nós temos denominado o que fazemos, no âmbito da pesquisa – caracterizam-se por um caráter fortemente transdisciplinar, que se reflete no perfil de formação de docentes e pesquisadores/as da área.

Embora o campo da Comunicação seja pioneiro na formação específica de profissionais da edição e responda pela institucionalização da pesquisa (por meio do Grupo de Pesquisa Produção Editorial da Intercom), o campo das Letras vem contribuindo para um grande influxo de pessoas para os Estudos Editoriais. A respeito disso, vale lembrar que, em âmbito latino-americano, tem sido a área de Letras (e não a da Comunicação) a principal responsável pelos cursos de graduação na área. Na Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina), o curso de Edición está sediado na Facultad de Filosofía y Letras (e não na Facultad de Ciencias Sociales, onde está sediado o curso de Ciencias de la Comunicación). Na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM, México), câmpus Iztapalapa, o curso de Letras Hispánicas conta com três áreas de concentração, uma das quais se denomina Investigación en Producción Editorial<sup>9</sup>. Não obstante, também nos países vizinhos trata-se de um universo sumamente transdisciplinar, sobretudo quando se observa o âmbito da pesquisa.

Quanto à atuação profissional, ao contrário do que ocorre ou já ocorreu em outras habilitações da Comunicação Social, a nossa jamais se caracterizou por pretensões de exclusivismo ou reserva de mercado. Ao menos na produção de livros e objetos aparentados, a participação de profissionais com outras formações é fundamental, na medida que a própria área tem como base os insumos que provêm de outros campos do saber. Como já argumentamos em outras oportunidades (Salgado & Muniz Jr., 2011; Muniz Jr., 2019), a prática editorial acontece num “entrecampos”, pois, ao mesmo tempo em que configura um corpo próprio de conhecimentos teóricos e técnicos, é necessariamente vicária dos campos (literário, acadêmico, educacional, religioso etc.) de onde provêm as materialidades sobre as quais se debruça. Exemplo paradigmático é o dos

---

<sup>9</sup> Atemo-nos aqui às ofertas correspondentes ao nível de graduação, já que em alguns países da América Latina há também ofertas específicas de pós-graduação na área. Considere-se, a título de exemplo, a Especialización en Edición da Universidad Nacional de la Plata (UNLP, Argentina), onde ocorre o oposto, já que está sediada na Facultad de Periodismo y Comunicación. (Agradeço ao colega Daniel Badenes por esta observação.)



livros e materiais didáticos: ao lado das competências específicas da formação em edição, é necessário contar com profissionais que minimamente conheçam o dia a dia da sala de aula, e/ou os conceitos e parâmetros das diferentes disciplinas escolares.

Além de anfíbia, nossa área é também ambígua, porque pende ora para o enquadramento mais específico do mercado editorial – e, em particular, da indústria do livro –, ora para uma definição mais abrangente de edição, que abarca práticas profissionais em outros segmentos da economia criativa, em especial o ambiente digital e a produção multiplataformas. Tudo indica que a digitalidade não vem apenas pressionando a atualização dos currículos, em função de novas competências exigidas, mas também demandando novos espaços de convergência entre diferentes áreas do conhecimento, dentro e fora da Comunicação, e forçando o cultivo de fronteiras mais porosas, a despeito do forte provincianismo de nossas instituições. Ao mesmo tempo em que abre caminho e oportunidades para novos diálogos, novas propostas formativas e novos arranjos produtivos, também apresenta desafios à especificidade das diferentes áreas de atuação e ao bem-estar de quem trabalha no setor.

Considerando-se que os processos de midiaticização se tornam cada vez mais complexos, submetidos a rápidas transformações, todas as tentativas de cercar conceitualmente a Edição/Editoração/Produção Editorial parecem fadadas ao fracasso. Resta evidente, contudo, a necessidade de formar profissionais qualificados/as para trabalhar com a palavra num mundo dominado pela imagem; para produzir formas simbólicas perenes num mundo de absoluto instantaneísmo; para avaliar, selecionar, produzir e difundir conteúdos a partir de critérios humanos, com base numa ética do direito à informação, à cultura, à arte, à literatura, à ciência, ao conhecimento e à memória, num mundo onde o fluxo frenético de conteúdos gerados de forma maquínica, cínica e imprudente produz exatamente o oposto: embrutecimento, desinformação, esquecimento.

## Referências

- BECKER, Howard S. *Mundos da arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES 492/2001*. Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2001.
- FERRI, Mário Guimarães. Editoração: conceitos e perspectivas. In: FERRI, Mário Guimarães; MARQUES DE MELO, José. *Editoração na USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972. p. 11-18.
- GONÇALVES, Márcio Souza. A atualidade da Produção Editorial. In: BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto (Org.). *Desafios: Editoração em tempos de convergência*. Santa Maria: Editora Experimental pE.com UFSM, 2018.
- HICKMANN, Blásio Hugo. Tentativa de delimitar o objeto da disciplina de editoração. *Revista de Comunicação Social*, Fortaleza (CE), v. 4, n. 2, p. 03-13, 1974.
- MCKENZIE, D. F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Edusp, 2018.
- MELO, José Marques de. O curso de Editoração da ECA-USP. In: FERRI, Mário Guimarães; MARQUES DE MELO, José. *Editoração na USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972. p. 5-8.
- MOREIRA, Sônia Virgínia; PEREIRA, Antonia Alves. Cursos de Jornalismo em perspectiva histórico-geográfica: arranjos locais e regionais no Brasil. *Comunicação & Educação*, ano XXVI, n. 1, jan/jun 2021, p. 19-30.

MUNIZ JR., José de Souza. Edição. In: RIBEIRO, Ana Elisa; CABRAL, Cleber Araújo (Org.). *Tarefas da edição*. Belo Horizonte: Impressões de Minas/LED, 2020, p. 68-72.

MUNIZ JR., José de Souza. O editor como (mediador) intelectual e o espaço editorial como ilusão de óptica: apontamentos teórico-metodológicos. In: *Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2019.

MUNIZ JR., José de Souza. O mercado profissional e a formação em edição. In: OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; MOREIRA, Wagner (Org.). *Edição & crítica*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018, v. 1, p. 37-63.

MUNIZ JR., José de Souza; MICELI, Sergio. Intelectuais do livro: instâncias de formação e autorreflexão do espaço editorial no Brasil e na Argentina. In: SOBRAL, Maiara; NASCIMENTO, Genio; OMENA, Adriana (Org.). *Pesquisa em Comunicação nos Prêmios Estudantis do Intercom 2015: objetos, interfaces e análises*. São Paulo: Intercom, 2016, p. 176-202.

SALGADO, Luciana Salazar; MUNIZ JR., José de Souza. Da interlocução editorial: a presença do outro na atividade dos profissionais do texto. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 5, p. 87-102, 2011.

SANTOS, Sandra. *Laboratórios de edição no Brasil: entre formação e inserção*. Rio de Janeiro: Selb, 2021.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Sonho e ousadia na criação do curso de Produção Editorial da UFSM. In: BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto (Org.). *Desafios: Editoração em tempos de convergência*. Santa Maria: Editora Experimental pE.com UFSM, 2018.

